



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PARAÍBA

PROVA ESCRITA DO CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DO CARGO DE PROFESSOR EFETIVO DE ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA

Edital Nº 334/2013, de 05 de novembro de 2013

CADERNO DE QUESTÕES

» CÓDIGO 60 «
LEGISLAÇÃO

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

- Este caderno tem um total de 50 (cinquenta) questões, distribuídas da seguinte forma:
Questões de 01 a 20: Língua Portuguesa;
Questões de 21 a 50: Conhecimentos Específicos.
- Verifique se este caderno está completo.
- Para cada questão são apresentadas cinco alternativas de resposta (a, b, c, d, e), sendo que o candidato deverá **escolher apenas uma** e, utilizando caneta esferográfica azul ou preta, preencher o círculo (bolha) correspondente no cartão-resposta.
- As respostas das questões deverão, obrigatoriamente, ser transcritas para o cartão-resposta, que será o único documento válido utilizado na correção eletrônica.
- Verifique se os dados constantes no cartão-resposta estão corretos e, se contiver algum erro, comunique o fato imediatamente ao aplicador/fiscal.
- **O candidato terá o tempo máximo de 04 (quatro) horas para responder a todas as questões deste caderno e preencher o cartão-resposta.**
- NÃO HAVERÁ SUBSTITUIÇÃO, sob qualquer hipótese, deste caderno, nem do cartão-resposta.
- Não serão dadas explicações durante a aplicação da prova.

BOA PROVA!

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o Texto I e responda às questões de 01 a 15.

TEXTO I

Sobre técnicas de torrar café e outras técnicas

Ronaldo Correia de Brito

Já não existe a profissão de torradeira de café. Ninguém mais escuta falar nessas mulheres que trabalhavam nas casas de família, em dias agendados com bastante antecedência. As profissionais famosas pela qualidade do serviço nunca tinham hora livre. Cobravam caro e só atendiam freguesas antigas. Não era qualquer uma que sabia dar o ponto certo da torrefação, reconhecer o instante exato em que os grãos precisavam ser retirados do fogo. Um minuto a mais e o café ficava queimado e amargo. Um minuto a menos e ficava cru, com sabor travoso. “Pra tudo na vida existe um ponto certo”, diziam orgulhosas do ofício, mexendo as sementes no caco de barro escuro, a colher de pau dançando na mão bem treinada, o fogo aceso na temperatura exata.

Muitos profissionais se especializavam na ciência de pôr um fim: os que mexiam a cocada no tacho de cobre, os que fabricavam o sabão caseiro de gorduras e vísceras animais, os que escaldavam a coalhada para o queijo prensado, os que assavam as castanhas. Nos terreiros de candomblé, onde se tocam para os orixás e caboclos, os iniciados sentem o instante em que a toada e o batuque alcançam o ponto de atuação, o transe que faz o santo descer e encarnar no seu cavalo.

Nenhum movimento é mais complexo que o de finalizar. Nele, estão contidos o desaparego e a separação, o sentimento de perda e morte. Sherazade contou suas histórias durante mil e uma noites, barganhando com o esposo e algoz Sheriar o direito de continuar vivendo e narrando. Mil noites é um número finito. O acréscimo de uma unidade ao numeral “mil” tornou-o infinito. Mil e uma noites se estendem pela eternidade. Sobrepondo narrativas, entremeando-as com novos contos, abrindo veredas de histórias que se bifurcam noutras, mantendo os enredos num contínuo com pausas diurnas, porém sem o ponto final, Sherazade adiou o término e a morte. De maneira análoga, Penélope tecia um manto sem nunca acabá-lo, acrescentando pontos durante o dia e desfazendo-os à noite. Também postergava o momento. [...]

Uma artesã do barro de Juazeiro do Norte chora quando proponho comprar a cerâmica representando uma mulher com muletas, uma criança no peito, o feixe de lenha na cabeça. Conta a história que representou naquela peça simples, sente pena de separar-se de sua criatura. O xilogravador Gilvan Samico me apresenta os mais de cem estudos e as provas de autor até chegar à gravura definitiva. Olha para os lados e me confessa que se pudesse não venderia nenhuma das impressões. Confessa os dias de horror vividos até chegar ao instante em que se decide pela prova definitiva, quando o trabalho é considerado concluído e o criador experimenta a estranheza diante do que não mais lhe pertence.

Que valor possui o esposo de Sherazade, comparado à narrativa que a liberta da morte? Talvez apenas o de ser o pretexto para o mar de histórias que a jovem narra ao longo de mil e uma noites. E o que se segue a esse imaginário fim? O que ocupa a milésima segunda noite, supostamente sem narrativas? Eis a pergunta que todos os criadores se fazem. O que se seguirá ao grande vazio? Deus descansou no sétimo dia após sua criação. O artista descansa, ou apenas se angustia pensando se a criatura que pôs no mundo está verdadeiramente pronta, no ponto exato de um grão de café torrado por uma mestra exímia?

Afirmam que a flecha disparada pelo arqueiro zen busca sozinha o alvo. Num estado de absoluta concentração, arqueiro, arco, flecha e alvo se desprendem da energia do movimento e partem em busca do ponto exato. Anos de exercício levam ao disparo perfeito. O escritor trabalha com personagens que o obsedam, alguns chegando a cavalgá-lo como os santos do candomblé. Sonha os sonhos do outro, numa entrega do próprio inconsciente à criação. Enquanto se afoga em paixões, com a mão direita tenta manter-se na superfície e salvar-se; com a mão esquerda anota frases sobre ruínas. Nunca possui a técnica exata de um arqueiro zen, nem a perícia de uma torradeira de café. Dialoga com a morte como Sherazade, mantém a respiração suspensa, negocia adiamentos e escreve.

Num dia qualquer, sem que nada espere e sem compreender o que acontece à sua volta, um editor arranca papéis inacabados de sua mão.

Disponível em:

<http://www.opovo.com.br/app/colunas/ronaldocorreiaebrit/2012/03/03/noticiasronaldocorreiaebrit,2794944/sobre-tecnicas-de-torrar-cafe-e-outras-tecnicas.shtml> Acesso em 12 jun. 2013. (Texto adaptado).

1. No TEXTO I, o autor
 - a) apresenta a atual situação dos artesãos no Brasil.
 - b) contesta a desigual valoração para as obras de arte.
 - c) argumenta em prol da necessidade de se fomentar o fazer artístico.
 - d) faz analogia entre o trabalho do artesão e o processo criativo do escritor.
 - e) defende o processo de construção literária como o único capaz de ser concluído.

2. Ao afirmar que “Sobrepondo narrativas, entremeando-as com novos contos, abrindo veredas de histórias que se bifurcam noutras, mantendo os enredos num contínuo com pausas diurnas, porém sem o ponto final, Sherazade adiou o término e a morte.” (parágrafo 3), o autor do texto retrata
 - a) o poder de sedução dos contos de fada.
 - b) a capacidade de inventividade narrativa como possibilidade de salvação.
 - c) a impossibilidade de se concluir uma produção literária em tempos modernos.
 - d) a indispensável interrelação entre ficção e realidade na concepção da obra literária.
 - e) a necessidade de se conhecer os clássicos da literatura, a exemplo de *Mil e uma noites* e a *Odisseia*.

3. Todas as passagens a seguir se reportam à dificuldade do artista em separar-se de sua obra, EXCETO:
 - a) “Uma artesã do barro de Juazeiro do Norte chora quando proponho comprar a cerâmica representando uma mulher com muletas, uma criança no peito, o feixe de lenha na cabeça.” (parágrafo 4)
 - b) “Olha para os lados e me confessa que se pudesse não venderia nenhuma das impressões.” (parágrafo 4)
 - c) “Confessa os dias de horror vividos até chegar ao instante em que se decide pela prova definitiva, quando o trabalho é considerado concluído e o criador experimenta a estranheza diante do que não mais lhe pertence.” (parágrafo 4)
 - d) “Conta a história que representou naquela peça simples, sente pena de separar-se de sua criatura.” (parágrafo 4)
 - e) “O escritor trabalha com personagens que o obsedam, alguns chegando a cavalgá-lo como os santos do candomblé.” (parágrafo 6)

4. A referência à técnica desenvolvida pelas torradeiras de café, apresentada no início do texto,
 - a) denota a predileção do autor por técnicas artesanais, em detrimento das industriais.
 - b) é uma forma de registrar o reconhecimento, por parte das novas gerações, à cultura popular.
 - c) surge como uma homenagem do autor aos trabalhadores que conseguiram manter viva uma tradição popular.
 - d) representa um exemplo da capacidade de certas técnicas rudimentares se perpetuarem ao longo das gerações.
 - e) constitui-se ponto de partida para a discussão acerca da difícil arte de finalizar uma tarefa, tema retratado no decorrer do texto.

5. A finalização do processo de produção artística é retratada no texto como algo
- impessoal, em função das demandas comerciais.
 - definitivo, já que registra o momento tão desejado pelo artista.
 - angustiante e doloroso, por se tratar de uma separação entre criador e criatura.
 - complexo, pelo fato de ser toda obra de arte o resultado de um trabalho coletivo.
 - libertador, pois a conclusão de uma obra de arte instiga o artista a produzir sempre mais.
6. Considerando o texto, aponte, dentre as alternativas a seguir, aquela em que as expressões apresentam relação sinonímica.
- "fabricavam" – "escaldavam" (parágrafo 2)
 - "adiou" – "postergava" (parágrafo 3)
 - "estendem" – "bifurcam" (parágrafo 3)
 - "impressões" – "estranheza" (parágrafo 4)
 - "descansa" – "angustia" (parágrafo 5)
7. No final do texto, ao comparar o arqueiro zen ao escritor, o autor observa que
- o arqueiro zen, diferentemente do escritor, dificilmente atinge seu objetivo.
 - o arqueiro zen, diferentemente do escritor, consegue, com exatidão, finalizar seu trabalho.
 - as ações do escritor e do arqueiro zen atingem, simultaneamente, o ponto exato de finalização.
 - o escritor, ao contrário do arqueiro zen, dedica-se com esmero ao processo de produção, antes de finalizar seu trabalho.
 - o escritor e o arqueiro zen não conseguem finalizar seus trabalhos com êxito, por mais que se esforcem.
8. A coesão de um texto se dá através da conexão entre vários enunciados e da relação de sentido existente entre eles. Em relação à coesão presente no texto, o termo destacado encontra-se devidamente justificado em:
- "Ninguém mais escuta falar nessas **mulheres** que trabalhavam nas casas de família, [...]" (parágrafo 1). O termo em destaque indica uma referência à expressão "freguesas antigas" (parágrafo 1).
 - "**Nele**, estão contidos o desapego e a separação [...]" (parágrafo 3). O termo em destaque faz referência a "nenhum movimento" (parágrafo 3).
 - "[...] quando o trabalho é concluído **e** o criador experimenta a estranheza diante do que não mais lhe pertence." (parágrafo 4). O conectivo "e" indica uma progressão semântica que acrescenta um dado novo.
 - "[...] a **jovem** narra ao longo de mil e uma noites." (parágrafo 5). O vocábulo em destaque caracteriza uma referência mais específica em relação ao termo a que se refere: "Sherazade".
 - "[...] **alguns** chegando a cavalgá-lo [...]" (parágrafo 6). O termo destacado substitui a expressão "santos do candomblé".

9. Em “Nos terreiros de candomblé, onde se tocam para os orixás e caboclos, os iniciados sentem o instante em que a toada e o batuque alcançam o ponto [...]” (parágrafo 2), as vírgulas utilizadas
- evidenciam a expressão vocativa.
 - indicam uma oração de valor comparativo.
 - demarcam uma explicação acerca do espaço.
 - determinam a introdução de expressão da fala do autor.
 - marcam a opinião do autor em relação à informação anterior.

10. Analise as proposições a seguir:

- As palavras “desapego” e “separação” pertencem ao mesmo campo semântico.
- O prefixo na palavra “infinito” exprime sentido de negação.
- O termo sublinhado em “O escritor trabalha com personagens que o obsedam” tem como referente a expressão “escritor”.

É CORRETO o que se afirma apenas em

- I.
- II.
- III.
- I e II.
- I e III.

11. O termo destacado em “Enquanto se afoga em paixões, com a mão direita tenta manter-se na superfície e salvar-se [...]” (parágrafo 6), pode ser substituído, sem alteração de sentido, por:

- Porque
- Para que
- Porquanto
- Contanto que
- Ao mesmo tempo que

12. Os conectivos ou partículas linguísticas de ligação, além de exercer funções coesivas, manifestam ainda diferentes relações de sentido entre os enunciados. Aponte, dentre as alternativas a seguir, aquela em que a relação estabelecida pelo conectivo em destaque está CORRETAMENTE indicada entre parênteses.

- “Uma artesã do barro de Juazeiro do Norte chora quando proponho comprar a cerâmica”. – (Proporção).
- “Enquanto se afoga em paixões, com a mão direita tenta manter-se na superfície e salvar-se;” – (Consequência).
- “Dialoga com a morte como Sherazade, [...]” – (Comparação).
- “Olha para os lados e me confessa que se pudesse não venderia nenhuma das impressões.” – (Finalidade).
- “Num dia qualquer, sem que nada espere e sem compreender o que acontece à sua volta [...]” – (Adversidade).

13. Por vezes, a omissão de palavras ou expressões não acarreta alteração no sentido de orações ou períodos, já que tal omissão pode ser depreendida do contexto. Há, dentre as alternativas a seguir, uma ocorrência assim caracterizada. Aponte-a.

- a) "Mil e uma noites se estendem pela eternidade". (parágrafo 3)
- b) "O que se seguirá ao grande vazio?" (parágrafo 5)
- c) "Deus descansou no sétimo dia após sua criação". (parágrafo 5)
- d) "Nunca possuí a técnica exata de um arqueiro zen, [...]" (parágrafo 6)
- e) "[...] a flecha disparada pelo arqueiro zen busca sozinha o alvo". (parágrafo 6)

14. Analise as proposições a seguir, acerca da pontuação, e assinale (V), para o que for verdadeiro, e (F), para o que for falso.

- () No trecho "De maneira análoga, Penélope tecia um manto [...]", a vírgula é utilizada para separar uma expressão adverbial disposta no início do período.
- () Em "Dialoga com a morte como Sherazade, mantém a respiração suspensa, negocia adiamentos e escreve.", as vírgulas são utilizadas para separar orações coordenadas.
- () Em "Enquanto se afoga em paixões, com a mão direita tenta manter-se na superfície e salvar-se; [...]", não há razão linguístico-gramatical que justifique a presença da vírgula na sentença. Assim, seu uso é facultativo.

A sequência que completa CORRETAMENTE os parênteses é

- a) V V F
- b) V F F
- c) F V F
- d) V V V
- e) F F V

15. A regência verbal em destaque na frase "mulheres que **trabalhavam** nas casas de família" é a mesma do verbo destacado em

- a) "Anos de exercício **levam** ao disparo perfeito."
- b) "Deus **descansou** no sétimo dia após sua criação."
- c) "Muitos profissionais se **especializavam** na ciência de pôr um fim: [...]"
- d) "O xilogravador Gilvan Samico me **apresenta** os mais de cem estudos: [...]."
- e) "[...] o criador experimenta a estranheza diante do que não mais lhe **pertence**."

As questões de 16 a 18 referem-se ao TEXTO II, a seguir:

TEXTO II

Capítulo I

– Muito trabalho, mestre Zé?

– Está vasqueiro. Tenho umas encomendas de Gurinhém. Um tangerino passou por aqui e me encomendou esta sela e uns arreios. Estou perdendo o gosto pelo ofício. Já se foi o tempo em que dava gosto trabalhar numa sela. Hoje estão comprando tudo feito. E que porcarias se vendem por aí! Não é para me gabar. Não troco uma peça minha por muita preciosidade que vejo. Basta lhe dizer que seu Augusto do Oiteiro adquiriu na cidade uma sela inglesa, coisa cheia de arrebiques. Pois bem, aqui esteve ela para conserto. Eu fiquei me rindo quando o portador do Oiteiro me chegou com a sela. E disse, lá isto disse: “por que seu Augusto não manda consertar esta bicha na cidade?” E deu pela sela um preço. Se eu fosse pedir o que pagam na cidade, me chamavam de ladrão. É, mestre José Amaro sabe trabalhar, não rouba a ninguém, não faz coisa de carregação. Eles não querem mais os trabalhos dele. Que se danem. Aqui nesta tenda só faço o que quero.

REGO, José Lins do. **Fogo Morto**. Record: Rio de Janeiro, 2003.

16. Pelo disposto acima, é CORRETO afirmar sobre o Mestre José Amaro:

- a) Mostra-se insatisfeito com os resultados de seus últimos trabalhos.
- b) Prefere trabalhar para clientes de fora, pois estes valorizam seu trabalho.
- c) Orgulha-se do esmero com que desenvolve seu trabalho e da qualidade que lhe imprime.
- d) Embora se envaideça de seu ofício, preocupa-se com o fato de não poder mais executá-lo da melhor forma.
- e) Questiona a qualidade do trabalho de outros seleiros, mas reconhece o valor dos novos materiais industrializados.

17. “É, mestre José Amaro sabe trabalhar, não rouba a ninguém, não faz coisa de carregação. Eles não querem mais os trabalhos dele. Que se danem. Aqui nesta tenda só faço o que quero”. A fala final de Mestre José Amaro revela

- a) certa resignação diante das novas demandas do mercado.
- b) revolta por desenvolver seu ofício numa região de parcas condições.
- c) a decisão de não mais confeccionar produtos para o senhor Augusto do Oiteiro.
- d) a sua disposição em manter-se fiel ao trabalho de qualidade que sempre desenvolveu.
- e) a determinação por continuar tentando convencer os vaqueiros da qualidade de suas selas.

18. Atente para a seguinte passagem: “**Eles** não querem mais os trabalhos dele.”

Agora, considere as seguintes afirmações acerca da expressão em destaque:

- I. Retoma um termo expresso anteriormente.
- II. Refere-se diretamente aos moradores e comerciantes da cidade.
- III. Embora não se refira a nenhum elemento textual anterior, o contexto possibilita a recuperação do termo referente.

Está(ão) CORRETA(S):

- a) III apenas
- b) I e II apenas.
- c) I e III apenas.
- d) II e III apenas.
- e) I, II e III.

19. Leia a seguir:

- I. “Declaração fundamentada em ponto de vista a respeito de um fato ou negócio.”
- II. “É o instrumento pelo qual Ministros ou outras autoridades expedem instruções sobre a organização e funcionamento de serviço e praticam outros atos de sua competência.”
- III. “Modalidade de comunicação entre unidades administrativas de um mesmo órgão, que podem estar hierarquicamente em mesmo nível ou em níveis diferentes. Trata-se, portanto, de uma forma de comunicação eminentemente interna.”

As descrições dizem respeito, respectivamente, a

- a) Parecer – Portaria – Memorando .
- b) Ofício – Relatório – Parecer.
- c) Parecer – Ofício – Portaria.
- d) Memorando – Ofício – Declaração.
- e) Portaria – Requerimento – Relatório.

20. Pela própria natureza, a redação oficial deve apresentar uma linguagem que obedeça a critérios específicos. Todas as características a seguir devem compor a redação oficial, EXCETO:

- a) Impessoalidade e clareza.
- b) Uso da linguagem padrão.
- c) Tratamento linguístico formal.
- d) Concisão e transparência de sentido.
- e) Presença de conotação e da criatividade do emissor.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

» LEGISLAÇÃO | CÓDIGO 60 «

- 21.** Nos termos expressos nos artigos 3º a 44 do **Código Civil de 2002**, acerca dos sujeitos do direito, marque a alternativa CORRETA:
- a) São relativamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil, os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.
 - b) São pessoas jurídicas de direito privado as empresas individuais de responsabilidade limitada.
 - c) Cessará, para os menores, a incapacidade, pela concessão dos pais. Na falta de um deles, também cessará através da concessão do outro, mediante instrumento público ou privado, independentemente de homologação judicial.
 - d) Dispensa-se o registro público nos casos de interdição por incapacidade absoluta.
 - e) São pessoas jurídicas de direito público interno as autarquias, inclusive, as associações.
- 22.** O **Código Civil de 2002** regula as pessoas jurídicas de direito público e de direito privado em seus artigos 40 a 52. Tratando-se das pessoas jurídicas de direito privado, é CORRETO afirmar:
- a) Se a pessoa jurídica tiver administração coletiva, as decisões se tomarão pela maioria absoluta, salvo se o ato constitutivo dispuser de modo diverso.
 - b) A existência legal das pessoas jurídicas de direito privado prescinde da inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, cujo efeito é declaratório.
 - c) Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, pode o juiz decidir, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.
 - d) A existência legal das pessoas jurídicas de direito privado será precedida de autorização ou aprovação do Poder Executivo local, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo.
 - e) Não se aplica às pessoas jurídicas de direito privado a proteção dos direitos da personalidade.
- 23.** No que tange aos negócios jurídicos, os artigos 106 a 123 do **Código Civil de 2002** instituem que:
- a) Não dispendo a lei em contrário, a escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis de valor superior a trinta vezes o maior salário mínimo vigente no País.
 - b) Nas declarações de vontade se atenderá mais o sentido literal da linguagem que a intenção nelas consubstanciada. A validade da declaração de vontade dependerá de forma especial, salvo quando a lei dispensar.
 - c) A impossibilidade inicial do objeto invalida o negócio jurídico se for relativa, ou se cessar antes de realizada a condição a que ele estiver subordinado.
 - d) As condições incompreensíveis ou contraditórias não invalidam os negócios jurídicos que lhes são subordinados.
 - e) Considera-se condição a cláusula que, derivando da vontade das partes ou do juiz, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto.

24. NÃO corresponde ao disposto nos artigos 140 a 163 do Código Civil de 2002, quanto aos defeitos do negócio jurídico:

- a) Presumem-se fraudulentárias dos direitos dos outros credores as garantias de dívidas que o devedor insolvente tiver dado a algum credor.
- b) O falso motivo só vicia a declaração de vontade quando expresso como razão determinante.
- c) Configura-se o estado de perigo quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.
- d) A transmissão errônea da vontade por meios interpostos é anulável nos mesmos casos em que o é a declaração direta.
- e) Nos negócios jurídicos bilaterais, o silêncio intencional de uma das partes a respeito de fato ou qualidade que a outra parte haja ignorado, constitui omissão dolosa, provando-se que sem ela o negócio não se teria celebrado.

25. O Capítulo V, Título I, Livro III, do **Código Civil de 2002** discorre sobre a invalidade dos negócios jurídicos. Sobre esse tema, julgue as afirmações a seguir:

- I. É nulo o negócio jurídico quando for preterida alguma solenidade que a lei considere essencial para a sua validade.
- II. É nulo o negócio jurídico simulado, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma.
- III. O negócio jurídico nulo é suscetível de confirmação e se convalesce pelo decurso do tempo.
- IV. O menor, entre dezesseis e dezoito anos, não pode, para eximir-se de uma obrigação, invocar a sua idade se dolosamente a ocultou quando inquirido pela outra parte, ou se, no ato de obrigarse, declarou-se maior.
- V. A anulabilidade se pronuncia de ofício e não tem efeito antes de julgada por sentença.

Está CORRETO o que se afirma apenas em

- a) I, III e IV.
- b) II, IV e V.
- c) II, III e V.
- d) I, III e V.
- e) I, II e IV.

26. Consoante a **Teoria Geral do Estado**, analise a alternativa que contém a informação CORRETA:

- a) A democracia é o sistema de governo do Brasil em que o próprio povo governa.
- b) Parlamentarismo é a forma de governo por um único indivíduo, o qual ocupa o cargo em caráter vitalício e sujeito à sucessão hereditária.
- c) A República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito e, dentre os seus fundamentos, prevê a harmonia entre os povos.
- d) Constitui um dos princípios da República Federativa do Brasil a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.
- e) O Estado Brasileiro adota, respectivamente, o presidencialismo e a república como sistema e forma de governo, apresentando estados autônomos na sua organização política.

- 27.** Conforme o disposto no artigo 37 da **Constituição Federal de 1988**, acerca da Administração Pública, é CORRETO afirmar:
- A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, e os cargos, empregos e funções públicas não são acessíveis aos estrangeiros.
 - Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Executivo não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Judiciário.
 - A remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração pública e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça.
 - A proibição de acumular cargos públicos remunerados estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.
 - Após o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira.
- 28.** A **Lei nº 11.079/2004** institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. No contexto dessa norma, analise as alternativas a seguir e marque a CORRETA.
- Concessão patrocinada é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.
 - A contraprestação da Administração Pública será obrigatoriamente precedida da disponibilização do serviço objeto do contrato de parceria público-privada.
 - A contratação de parceria público-privada é prescindível de respeito aos interesses e direitos dos destinatários dos serviços e dos entes privados incumbidos da sua execução.
 - A contratação de parceria público-privada dispensa o processo licitatório.
 - A contraprestação da Administração Pública nos contratos de parceria público-privada poderá ser feita por cessão de créditos tributários.
- 29.** Considerando os termos do artigo 173 da Constituição Federal de 1988, no que diz respeito à exploração direta de atividade econômica pelo Estado, assinale a alternativa INCORRETA:
- Só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.
 - A empresa pública, a sociedade de economia mista e outras entidades que explorem atividade econômica sujeitam-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto às obrigações trabalhistas e tributárias.
 - A lei estabelecerá o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços.
 - As empresas públicas e as sociedades de economia mista poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.
 - A lei reprimirá o abuso do poder econômico que vise à dominação dos mercados, à eliminação da concorrência e ao aumento arbitrário dos lucros.

30. Nos termos dos artigos 443 a 452 da **Consolidação das Leis do Trabalho (C.L.T.)**, acerca dos contratos de trabalho, analise os itens abaixo:

- I. Considera-se por prazo indeterminado todo contrato que suceder, dentro de 6 (seis) meses, a outro contrato por prazo determinado, independentemente de a expiração deste depender da execução de serviços especializados.
- II. O contrato individual de trabalho poderá ser acordado tácita ou expressamente, verbalmente ou por escrito e por prazo determinado ou indeterminado.
- III. Os direitos oriundos da existência do contrato de trabalho ficarão prejudcados em caso de falência, concordata ou dissolução da empresa.
- IV. O contrato de experiência não poderá exceder de 90 (noventa) dias.

Está CORRETO o que se afirma apenas em

- a) I e III. b) I e II. c) II e III. d) III e IV. e) II e IV.

31. Os artigos 3º a 10 da **Consolidação das Leis do Trabalho (C.L.T.)** dispõem sobre as normas gerais a serem obedecidas nas relações de trabalho. Considerando o que estabelecem as referidas normas, assinale a opção INCORRETA.

- a) Não haverá distinções relativas à espécie de emprego e à condição de trabalhador, nem entre o trabalho intelectual, técnico e manual.
- b) Considera-se como de serviço efetivo o período em que o empregado esteja à disposição do empregador, aguardando ou executando ordens, salvo disposição especial expressamente consignada.
- c) Não há distinção entre o trabalho realizado no estabelecimento do empregador, o executado no domicílio do empregado e o realizado a distância, desde que estejam caracterizados os pressupostos da relação de emprego.
- d) Serão anuláveis os atos praticados com o objetivo de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação dos preceitos na C.L.T.
- e) Qualquer alteração na estrutura jurídica da empresa não afetará os direitos adquiridos por seus empregados.

32. Quanto à jornada de trabalho, os artigos 58 a 62 da **Consolidação das Leis do Trabalho (C.L.T.)** dispõem que:

- a) Não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário no registro de ponto não excedentes de dez minutos, observado o limite máximo de vinte minutos diários.
- b) Considera-se trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração não exceda a vinte horas semanais.
- c) O tempo despendido pelo empregado até o local de trabalho e para o seu retorno, por qualquer meio de transporte, não será computado na jornada de trabalho, salvo quando, tratando-se de local de difícil acesso ou não servido por transporte público, o empregador fornecer a condução.
- d) A duração normal do trabalho poderá ser acrescida de horas suplementares, em número não excedente de 2 (duas), mediante acordo verbal entre empregador e empregado.
- e) As regras acerca da jornada de trabalho definidas na C.L.T. não diferenciam empregados dos profissionais que exercem atividade de cargos de gestão, ambos fazendo jus aos mesmos direitos laborais.

33. O artigo 7º da **Constituição Federal de 1988** e os artigos 68, 73, 83 e 133 da **Consolidação das Leis do Trabalho (C.L.T.)** estabelecem que são direitos dos trabalhadores o adicional noturno, férias, décimo terceiro salário, salário mínimo e repouso semanal remunerado. No que tange a tais direitos trabalhistas, marque a opção CORRETA:

- a) A hora do trabalho noturno será computada como de 53 (cinquenta e três) minutos e 30 (trinta) segundos.
- b) Não terá direito a férias o empregado que, no curso do período aquisitivo, tiver percebido da Previdência Social prestações de acidente de trabalho ou de auxílio-doença por mais de 6 (seis) meses, embora descontínuos.
- c) São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, o décimo terceiro salário calculado sobre o salário base.
- d) Salário mínimo é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, exceto ao trabalhador em domicílio.
- e) É garantido o repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos, podendo, porém, haver labor aos domingos, em decorrência de sua natureza ou conveniência pública, independentemente de permissão prévia da autoridade competente.

34. Em relação à remuneração do trabalhador, os artigos 457 a 466 da **Consolidação das Leis do Trabalho (C.L.T.)** estabelecem que:

- a) Integram o salário as diárias para viagem que não excedam de 50% (cinquenta por cento) do salário percebido pelo empregado.
- b) Para fins de equiparação salarial, trabalho de igual valor será o que for feito com igual produtividade e com a mesma perfeição técnica, entre pessoas cuja diferença de tempo de serviço não for superior a 1 (um) ano.
- c) Será considerada como salário a assistência médica, hospitalar e odontológica, prestada diretamente ou mediante seguro-saúde, como utilidade concedida pelo empregador.
- d) O pagamento dos salários poderá ser efetuado fora do local do trabalho e em horário diverso do serviço.
- e) Nas transações realizadas por prestações sucessivas, é exigível o pagamento das comissões respectivas logo após ultimada a transação a que se referem.

35. Nos termos dos artigos 477 a 486 da **Consolidação das Leis do Trabalho (C.L.T.)**, assinale a opção CORRETA no que se refere à rescisão do contrato de trabalho:

- a) O pedido de demissão ou recibo de quitação de rescisão, do contrato de trabalho, firmado por empregado com mais de 1 (um) ano de serviço, só será válido quando feito com a assistência do respectivo Sindicato ou perante a autoridade do Ministério do Trabalho e Previdência Social.
- b) Constitui justa causa para rescisão do contrato de trabalho pelo empregador a condenação criminal do empregado, mesmo que através de decisão não passada em julgado.
- c) Nos contratos que tenham termo estipulado, o empregador que, sem justa causa, despedir o empregado será obrigado a pagar-lhe, a título de indenização, a remuneração integral a que teria direito até o termo do contrato.
- d) O empregado poderá considerar rescindido o contrato e pleitear a devida indenização quando o empregador ou seus prepostos ofenderem-no fisicamente em caso de legítima defesa.
- e) Havendo culpa recíproca no ato que determinou a rescisão do contrato de trabalho, o tribunal de trabalho, a seu critério, reduzirá a indenização à que seria devida em caso de culpa exclusiva do empregador.

36. A Lei nº. 11.788/2008, que dispõe sobre o estágio dos estudantes, prevê que:

- a) A duração do estágio, na mesma parte concedente, nunca poderá exceder 2 (dois) anos.
- b) As atividades de extensão, de monitorias e de iniciação científica na educação superior, desenvolvidas pelo estudante, poderão ser equiparadas ao estágio.
- c) O estagiário deverá receber bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, na hipótese de estágio obrigatório.
- d) O número máximo de estagiários em cada uma das entidades concedentes de estágio deverá atender o limite de 25 (vinte e cinco).
- e) É proibida a concessão de estágios para estudantes do ensino fundamental.

37. Consoante o disposto no artigo 194 da Constituição Federal de 1988, o Poder Público deve organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos, EXCETO:

- a) Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
- b) Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.
- c) Equidade na forma de participação no custeio.
- d) Diversidade da base de financiamento.
- e) Caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa com a participação da comunidade, em especial de trabalhadores, empresários e aposentados.

38. Com base no disposto no artigo 195 da Constituição Federal de 1988, marque a alternativa CORRETA:

- a) A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e de contribuições sociais.
- b) As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, integrando o orçamento da União.
- c) A pessoa jurídica em crédito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.
- d) São isentas de contribuição para a seguridade social todas as entidades beneficentes de assistência social.
- e) As contribuições sociais previstas constitucionalmente não poderão ter alíquotas ou bases de cálculo diferenciadas.

39. São segurados obrigatórios da Previdência Social, com base no artigo 11 da Lei nº. 8213/91, as seguintes pessoas físicas:

- a) Como empregado, o estrangeiro contratado no seu país de origem mas domiciliado no Brasil para trabalhar como empregado em sucursal ou agência de empresa nacional no exterior.
- b) Como trabalhador avulso, quem presta a uma empresa, sem vínculo empregatício, serviço de natureza urbana ou rural.
- c) Como contribuinte individual, quem presta serviço de natureza urbana ou rural, em caráter não eventual, a uma ou mais empresas.
- d) Como empregado, o servidor público ocupante de cargo em comissão, sem vínculo efetivo com a União, Autarquias, inclusive em regime especial, e Fundações Públicas Federais.
- e) Como empregado doméstico, aquele que presta serviço, ainda que descontinuamente, a pessoa ou família, no âmbito residencial desta, em atividades sem fins lucrativos.

40. No que se refere às contribuições dos segurados, tendo como base nos artigos 20 a 25-A da **Lei nº 8212/91**, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) A alíquota de contribuição dos segurados contribuinte individual e facultativo será de vinte por cento sobre o respectivo salário-de-contribuição.
- b) A contribuição do empregado, inclusive o doméstico, e a do trabalhador avulso é calculada mediante a aplicação da correspondente alíquota sobre o seu salário-de-contribuição mensal, de forma cumulativa.
- c) A contribuição a cargo da empresa será de vinte por cento sobre o total das remunerações pagas, devidas ou creditadas a qualquer título, durante o mês, aos segurados empregados e trabalhadores avulsos que lhe prestem serviços.
- d) A contribuição do empregador doméstico é de 12% (doze por cento) do salário-de-contribuição do empregado doméstico a seu serviço.
- e) Equipara-se ao empregador rural pessoa física o consórcio simplificado de produtores rurais, formado pela união de produtores rurais pessoas físicas, que outorgar a um deles poderes para contratar, gerir e demitir trabalhadores para prestação de serviços, exclusivamente, aos seus integrantes, mediante documento registrado em cartório de títulos e documentos.

41. O artigo 18 da **Lei nº 8213/91** estabelece que o Regime Geral de Previdência Social compreende a seguinte prestação, devida inclusive em razão de eventos decorrentes de acidente do trabalho, expressa em benefícios e serviços, quanto ao segurado e dependente:

- a) Aposentadoria por invalidez.
- b) Salário-família.
- c) Aposentadoria especial.
- d) Reabilitação profissional.
- e) Auxílio-acidente.

42. Com base no disposto nos artigos 42 a 72 da **Lei nº 8213/91**, analise as afirmações a seguir e marque V, para o que for Verdadeiro, e F, para o que for Falso:

() A doença ou lesão de que o segurado já era portador ao filiar-se ao Regime Geral de Previdência Social não lhe conferirá direito à aposentadoria por invalidez, salvo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão.

() As cotas do salário-família serão pagas pela empresa, mensalmente, junto com o salário, efetivando-se a compensação quando do recolhimento das contribuições.

() A aposentadoria por tempo de serviço será devida, cumprida a carência exigida nesta Lei, ao segurado que completar 30 (trinta) anos de serviço, se do sexo feminino, ou 35 (trinta e cinco) anos, se do sexo masculino.

() A concessão da aposentadoria especial dependerá de comprovação pelo segurado, do tempo de trabalho permanente, ainda que intermitente, em condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, durante o período mínimo fixado.

() Cabe à empresa contratante pagar o salário-maternidade devido à respectiva empregada gestante.

A sequência **CORRETA** é:

- a) V V V F F
- b) V F F F V
- c) V V F F V
- d) F V V F V
- e) V V F F F

43. O artigo 19 da Lei nº 8213/91 expõe que acidente do trabalho é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa ou pelo exercício do trabalho dos segurados referidos no inciso VII do artigo 11 da mesma Lei, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho. Acerca desse assunto, com base nos artigos 20 a 23, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A empresa deverá comunicar o acidente do trabalho à Previdência Social até o 1º (primeiro) dia útil seguinte ao da ocorrência, mas, na falta de comunicação por parte da empresa, podem formalizá-la o próprio acidentado ou seus dependentes.
- b) Equipara-se também ao acidente do trabalho, a doença degenerativa.
- c) Considera-se acidente do trabalho, a doença do trabalho, assim entendida a produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho peculiar a determinada atividade e constante da respectiva relação elaborada pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social.
- d) A empresa poderá requerer a não aplicação do nexo técnico epidemiológico, de cuja decisão caberá recurso sem efeito suspensivo, da empresa ou do segurado, ao Conselho de Recursos da Previdência Social.
- e) Considera-se como dia do acidente, no caso de doença profissional ou do trabalho, o dia seguinte à data em que for realizado o diagnóstico.

44. De acordo com a **Norma Regulamentadora 05 do Ministério do Trabalho e Emprego**, quanto à Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), é CORRETO afirmar que:

- a) Os órgãos da administração direta e indireta devem constituir CIPA e mantê-la em regular funcionamento.
- b) O mandato dos membros eleitos da CIPA terá a duração de um ano, não permitida uma reeleição.
- c) É vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa de todos os empregados que integram os cargos de direção de Comissões Internas de Prevenção de Acidentes desde o registro de sua candidatura até um ano após o final de seu mandato.
- d) As reuniões ordinárias da CIPA não serão realizadas durante o expediente normal da empresa no intuito de não atrapalhar as atividades laborais rotineiras.
- e) Compete aos empregados eleitos para os cargos de direção da CIPA convocar eleições para escolha dos representantes dos empregados para o próximo mandato, no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias antes do término do mandato em curso.

45. Para os fins de aplicação da **Norma Regulamentadora 06 do Ministério do Trabalho e Emprego**, no que se refere a Equipamentos de Proteção (EP), é CORRETO afirmar:

- a) A empresa é obrigada a fornecer aos empregados, com possibilidade de descontos nos contracheques, EPI (equipamento de proteção individual) adequado ao risco, em perfeito estado de conservação e funcionamento.
- b) É equipamento de proteção todos dispositivo ou produto, de uso individual utilizado pelo trabalhador, destinado à proteção de riscos suscetíveis de ameaçar a segurança e a saúde no trabalho.
- c) Cabe ao empregado, quanto ao EPI, responsabilizar-se pela higienização e manutenção periódica.
- d) Compete ao empregador responsabilizar-se pela guarda e conservação do EPI.
- e) O órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho deverá requisitar amostras de EPI, identificadas com o nome do fabricante e o número de referência.

46. Conforme o que estabelece o PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional), nos termos da **Norma Regulamentadora 07 do Ministério do Trabalho e Emprego**, analise os itens abaixo:

- I. O PCMSO é parte integrante do conjunto mais amplo de iniciativas da empresa no campo da saúde dos trabalhadores, devendo estar articulado com o disposto nas demais NR.
- II. O PCMSO deverá considerar as questões incidentes sobre o indivíduo e a coletividade de trabalhadores, privilegiando o instrumental clínico-epidemiológico na abordagem da relação entre sua saúde e o trabalho.
- III. O PCMSO deverá ter caráter de prevenção, rastreamento e diagnóstico precoce dos agravos à saúde relacionados ao trabalho, inclusive de natureza subclínica, além da constatação da existência de casos de doenças profissionais ou danos irreversíveis à saúde dos trabalhadores.
- IV. O PCMSO deverá ser planejado e implantado com base nos riscos à saúde dos trabalhadores, especialmente os identificados nas avaliações previstas nas demais NR.

Está CORRETO o que se afirma em

- a) I, II e IV apenas.
- b) II, III e IV apenas.
- c) I, II e III apenas.
- d) I, II, III e IV.
- e) I, III e IV apenas.

47. A **Norma Regulamentadora 09 do Ministério do Trabalho e Emprego**, que trata do Programa de prevenção de riscos ambientais (PPRA), estabelece que:

- a) As ações do PPRA devem ser desenvolvidas no âmbito de cada estabelecimento da empresa, sob a responsabilidade do empregador e dos trabalhadores, sendo sua abrangência e profundidade dependentes das características dos riscos e das necessidades de controle.
- b) Consideram-se agentes químicos as diversas formas de energia a que possam estar expostos os trabalhadores, tais como: ruído, vibrações, pressões anormais, temperaturas extremas, radiações ionizantes, bem como o infra-som e o ultra-som.
- c) Consideram-se agentes físicos as substâncias, compostos ou produtos que possam penetrar no organismo pela via respiratória, nas formas de poeiras, fumos, névoas, neblinas, gases ou vapores, ou que, pela natureza da atividade de exposição, possam ter contato ou ser absorvido pelo organismo através da pele ou por ingestão.
- d) A implantação de medidas de caráter coletivo poderá ser ou não acompanhada de treinamento dos trabalhadores quanto os procedimentos que assegurem a sua eficiência e de informação sobre as eventuais limitações de proteção que ofereçam.
- e) Os trabalhadores interessados terão o direito de apresentar propostas e receber informações e orientações a fim de assegurar a proteção aos riscos ambientais identificados na execução do PPRA.

48. Quanto ao exercício de trabalho em condições de insalubridade, a **Norma Regulamentadora 15 do Ministério do Trabalho e Emprego** assegura ao trabalhador a percepção de adicional equivalente a:

- a) 60% (sessenta por cento) para insalubridade de grau máximo.
- b) 50% (cinquenta por cento) para insalubridade de grau máximo.
- c) 40% (quarenta por cento) para insalubridade de grau máximo.
- d) 30% (trinta por cento) para insalubridade de grau médio.
- e) 20% (vinte por cento) para insalubridade de grau mínimo.

49. No que se refere à **Norma Regulamentadora 16 do Ministério do Trabalho e Emprego**, que trata da Periculosidade, marque a alternativa INCORRETA:

- a) O exercício de trabalho em condições de periculosidade assegura ao trabalhador a percepção de adicional de 30% (trinta por cento), incidente sobre o salário, incluindo os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participação nos lucros da empresa.
- b) O empregado poderá optar pelo adicional de insalubridade que porventura lhe seja devido.
- c) É facultado às empresas e aos sindicatos das categorias profissionais interessadas requererem ao Ministério do Trabalho, através das Delegacias Regionais do Trabalho, a realização de perícia em estabelecimento ou setor da empresa, com o objetivo de caracterizar e classificar ou determinar atividade perigosa.
- d) São consideradas atividades ou operações perigosas as executadas com explosivos sujeitos a degradação química ou autocatalítica.
- e) São consideradas atividades ou operações perigosas as executadas com explosivos sujeitos a ação de agentes exteriores, tais como, calor, umidade, faíscas, fogo, fenômenos sísmicos, choque e atritos.

50. A **Norma Regulamentadora 17 do Ministério do Trabalho e Emprego** trata da ergonomia. No que tange ao mobiliário dos postos de trabalho, para o trabalho manual sentado ou que tenha de ser feito em pé, é CORRETO afirmar:

- a) As bancadas, mesas, escrivaninhas e os painéis devem proporcionar ao trabalhador condições mínimas de conforto e bem-estar.
- b) As bancadas, mesas, escrivaninhas e os painéis devem ter altura e características da superfície de trabalho compatíveis com o tipo de atividade, com a distância requerida dos olhos ao campo de trabalho e com a altura do assento.
- c) As bancadas, mesas, escrivaninhas e os painéis devem ter área de trabalho de fácil alcance e proporcionar a visualização do empregador.
- d) As bancadas, mesas, escrivaninhas e os painéis devem ter características dimensionais amplas, proporcionando o fácil deslocamento do empregado.
- e) Sempre que o trabalho exigir a posição sentada, o posto de trabalho deve ser planejado a fim de proporcionar o descanso temporário.